

# *O Processo Histórico do Desenvolvimento*

Celso Furtado

## DISPONÍVEL DE BENS E SERVIÇOS

DO PONTO DE VISTA ECÔNOMICO, desenvolvimento é, básicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade. Trata-se, portanto, de conceito relacionado com elementos quantificáveis. O problema da valorização qualitativa se supõe resolvido pelo sistema de preços vigente. Um bem ou um serviço vale mais que outro estritamente porque seu preço é maior durante o período considerado. Se esse preço relativo se modifica, a importância daquele bem ou serviço também se modificará no cômputo da renda real. Essa forma de abordar a realidade social tem sido objeto de múltiplas críticas, inclusive por parte dos próprios economistas. Mesmo que se ignorem os fatores culturais que em cada sociedade condicionam a procura e, portanto, influenciam a formação dos preços, cabe considerar os problemas ligados à distribuição da renda e às imperfeições do mercado, de relevância na formação dos preços. Estes problemas são particularmente importantes quando

pretendemos comparar os produtos de duas comunidades. Vejamos um exemplo: se calcularmos o produto social da Grã-Bretanha tomando como base os preços relativos que prevaleciam nos Estados Unidos, veremos que o produto *per capita* da Grã-Bretanha alcançava, em 1950, 63% do dos Estados Unidos. Entretanto, se o cálculo fôr feito com base nos preços relativos da própria Grã-Bretanha, o produto *per capita* desse país em vez de 63 por cento alcançará 53 por cento do dos Estados Unidos.

Esse tipo de problema não nos preocupará aqui diretamente. Admitiremos que os bens e serviços que são ou podem ser objeto de transação apresentam um denominador comum — o preço. Aceito esse ponto de partida, o processo econômico assume a forma do fluxo permanente de uma massa homogênea. Dizemos homogênea porque os componentes dessa massa, na realidade muitas vezes tão diferentes como uma lição de violino de uma receita médica, são factíveis de agregação.

O objeto central da Análise Econômica consiste no estudo do fluxo da renda social. Podemos observá-lo e medi-lo de diversos ângulos, o que deve ser tido em conta para evitar conflitos verbais. Cabe referir, desde logo, que o fluxo de renda está sujeito a complexas flutuações independentes de modificações na capacidade produtiva do sistema, problema que aqui não nos preocupará diretamente. Contudo, o seu crescimento a longo prazo só é factível se aumenta aquela capacidade produtiva. É este o problema que aqui nos preocupará: a identificação dos fatores que condicionam o aumento da capacidade produtiva e os efeitos desse aumento sobre o comportamento do fluxo de renda.

## O EXCEDENTE DE PRODUÇÃO

O conceito de "excedente de produção" foi amplamente utilizado pelos clássicos, sob as designações de *net produce* ou *surplus of produce*, para significar a diferença entre o produto bruto e "as necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção".<sup>1</sup> Em face do juízo valorativo que MARX atribuiu a essa expressão, dela derivando o conceito de "taxa de exploração", os neoclássicos deixaram-na totalmente de lado. O produto social passou a ser concebido em termos de "custo de fatores", deixando a poupança de ser a conseqüência da existência de um "excedente" para ser o resultado de um ato de contenção ou abstinência. Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, na qual o processo de acumulação assume grande importância, é conveniente voltar ao conceito clássico de excedente, deixando-se de lado, na medida do possível, qualquer vinculação do mesmo a juízos de valor.

É uma simples evidência que a acumulação reflete, basicamente, o fato de que qualquer sistema produtivo é capaz de proporcionar um produto maior do que aquele que seria necessário para manter a totalidade da população nas condições em que vivem os grupos de mais baixo nível de renda. Por outro lado, se o fruto de um aumento ocasional da produção fôsse totalmente absorvido pelo consumo, melhorariam momentaneamente as condições de vida da população, sem que nenhuma alteração sofresse a capacidade produtiva. Entretanto, em todas as sociedades formaram-se grupos minoritários que, por uma forma ou outra, souberam apropriar-se do excedente de produção, permanente ou ocasional, do

<sup>1</sup> JOHN STUART MILL, *Principles*, p. 163.

conjunto da coletividade. Este fato, extremamente simples e de observação universal, está na base do processo acumulativo.

Nas sociedades primitivas, a criação de um excedente de produção era, via de regra, fenômeno eventual: resultava da ação de fatores descontínuos e exógenos, como condições climáticas excepcionais, descoberta de melhores terras, imposição externa de uma linha de comércio, etc. Se o fruto desse aumento de produção se distribuisse uniformemente com o conjunto da coletividade, logo seria consumido, sendo de efeito pouco persistente. A apropriação por um grupo reduzido vinha facilitar a acumulação. Esse fenômeno se observa com maior clareza nas etapas mais avançadas da organização social, quando os recursos acumulados podem facilmente ser transformados em fatores de produção. Com efeito, o essencial no processo acumulativo não é a retenção de uma parte do produto por um grupo minoritário e sim a transformação do excedente em capacidade produtiva.

Aparentemente, a acumulação baseou-se, inicialmente, na escravidão, isto é, na apropriação compulsória, total ou parcial, por um grupo, do excedente de produção criado por outro. Aos níveis mais primitivos da técnica produtiva, parece ter sido essa a forma mais prática de obrigar um grupo social a reduzir o seu consumo abaixo do nível de sua produção. À medida que a produtividade se foi elevando, fêz-se possível aplicar outros métodos, pois a margem que havia para cortar era maior. Mas foram os recursos apropriados por meio da escravidão que constituíram o ponto de partida do processo acumulativo. É verdade que, na maioria dos casos, esses recursos não eram utilizados para aumentar a capacidade produtiva. As mais das vezes serviam ape-

nas para elevar o nível do consumo de grupos parasitários. Entretanto, mesmo assim, desempenharam um papel positivo no processo de crescimento, pois a elevação do nível de consumo possibilitou e muitas vezes exigiu a diversificação deste. A busca dessa diversificação constitui a base das atividades comerciais, às quais se deve a primeira revolução nos processos econômicos.

Uma vez encontrada a possibilidade de diversificar o consumo, através do comércio, estava dado o passo decisivo para o processo de aumento da produtividade. A alavanca mestra do processo acumulativo já não estará na compressão do consumo de alguns grupos à custa de reduzi-los à escravidão, e sim na apropriação do fruto do aumento de produtividade decorrente do aproveitamento mais racional dos recursos possibilitado pelo comércio. Estabelecidas as correntes comerciais, surgirão grupos e comunidades que se dedicarão totalmente a esse tipo de atividade. Essa especialização facilitará a concentração da riqueza, pois, por uma série de razões fáceis de perceber, os benefícios do aumento de produtividade tendiam a concentrar-se em mãos dos comerciantes. E essa riqueza concentrada, assumindo a forma de capital de giro e instrumentos de transporte em mãos dos intermediários, abria as portas a novas expansões do comércio.

## ESQUEMA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Com os elementos indicados já podemos reconstituir as linhas gerais do mecanismo do desenvolvimento das comunidades pré-industriais. Primeiramente, aparecem os fatores exógenos provocando a criação ocasional ou permanente de um excedente de produção. O excedente

permanente, conforme vimos, acompanhava o sistema de escravidão. Em segundo lugar, está a apropriação dêsse excedente por grupos minoritários, o que provoca elevação do nível do consumo dêsses grupos e a conseqüente necessidade de diversificar o mesmo. Em terceiro lugar, estão os padrões mais altos do consumo dos grupos minoritários abrindo a possibilidade e mesmo criando a necessidade do intercâmbio com outras comunidades. Em quarto lugar, está o intercâmbio, que possibilita a especialização geográfica e a maior divisão do trabalho, com conseqüente aumento de produtividade nas comunidades que dêle participam. Em quinto lugar, está a concentração da riqueza, possibilitada pelo intercâmbio. Finalmente, surge a possibilidade de incorporar ao processo produtivo os recursos acumulados pelos comerciantes, pois era êste o meio pelo qual os intermediários podiam aumentar a corrente de comércio, incrementando suas rendas. Ao transformar-se o excedente de produção em fonte de renda, o processo acumulativo tenderá a automatizar-se.

Êsse esquema simplificado permite-nos captar o essencial do processo econômica. Do lado da produção, aparece a criação do excedente; do da distribuição, a apropriação dêsse excedente por um grupo minoritário; e, do lado da acumulação, a possibilidade de incrementar a produtividade com a incorporação do excedente ao processo produtivo. Se observamos êsse processo no tempo, vemos que a terceira fase reencontra a primeira; o incremento de produtividade, causado pela incorporação de novo capital, dá lugar à criação de um novo excedente, o qual, apropriado pelo grupo minoritário, se transformará em novo capital, etc. Os pontos estratégicos dêsse processo são a possibilidade de incrementar a produtividade e a apropriação por grupos minoritários

do fruto dêsse incremento. Estes dois fatores é que, em última instância, possibilitam o crescimento. Em verdade, se os recursos incorporados ao processo produtivo não causassem aumento real de produtividade, a acumulação não determinaria nenhum crescimento, limitando-se a transferir no tempo o ato de consumo. Por outro lado, se o fruto de um aumento, ocasional ou permanente, de produtividade fôsse distribuído com o conjunto da população, o resultado seria apenas uma elevação ocasional ou permanente do nível de consumo, passando a economia de uma posição estacionária a outra, sem que se originasse um processo de crescimento.

O esquema que vimos de apresentar se refere a fases preliminares do desenvolvimento. Nessas fases, tanto os bens que se consomem como aqueles que são acumulados têm, fundamentalmente, a mesma natureza, podendo, portanto, ser intercambiados. É por esta razão que a apropriação por grupos minoritários é indispensável para evitar que o consumo absorva a totalidade do produto. Entretanto, à medida que a produção vai alcançando certa complexidade, os bens adequados a reincorporar-se ao processo produtivo tendem a diferenciar-se dos bens correntes de consumo. Assim, o negociante que faz comércio marítimo necessita transformar os recursos que acumula em barcos e outros instrumentos de trabalho. A fim de atender a essa procura que cada vez se diversifica, o aparelho produtivo deverá adquirir o necessário grau de especialização.

Em uma economia que haja alcançado certo grau de desenvolvimento, a produção apresenta uma estrutura tal que a acumulação se torna um processo quase automático. Destarte, para que o aparelho produtivo funcione normalmente é indispensável que também a procura apresente certa composição. Ora, a composição

da procura está determinada pela distribuição da renda, isto é, pela forma como os distintos grupos se apropriam do produto. Cabe, portanto, concluir que a estrutura da produção, a parcela da produção que se destina à acumulação e a distribuição da renda têm tôdas as mesmas causas fundamentais. Estas assentam no sistema institucional que se articula em tórno do processo de apropriação do excedente.

## O DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DO UNIVERSO ECONÔMICO

Para compreender o processo de crescimento é indispensável formar-se inicialmente uma idéia do tipo de universo econômico dentro do qual êle tem lugar. Consideremos, por exemplo, um país como a Grã-Bretanha do século XVIII. Grande parte de seu território estava coberto de pequenas unidades econômicas praticamente isoladas umas das outras. Outra parte desse território estava ocupada por unidades econômicas que, em graus diversos, se integravam num sistema econômico nacional. Se fizéssemos um mapa com essas unidades econômicas, encontraríamos tôdas as combinações possíveis, desde a comunidade totalmente autônoma até aquela totalmente dependente das demais unidades do sistema. E não pararia aí: as unidades em que é maior o grau de integração na economia nacional estão, demais, articuladas com economias estrangeiras em distintos graus de interdependência. Defrontaríamos, portanto, um universo econômico fundamentalmente heterogêneo.

Que significa, em última instância, essa heterogeneidade? Que o desenvolvimento econômico é um processo acentuadamente desigual: surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade a outros,



toma vigor em determinados lugares, aborta noutros, etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa.

Se o universo econômico apresentasse em todos os seus segmentos o mesmo grau de desenvolvimento, a aplicação de novos recursos ao processo produtivo só seria possível mediante inovações tecnológicas. Teríamos para o todo situação idêntica à de uma pequena comunidade isolada que, em razão dos rendimentos decrescentes na agricultura, não pode absorver novos capitais sem introduzir novas técnicas. Entretanto, se o universo está constituído, não por uma pequena comunidade, e sim por uma grande cadeia de comunidades distintas em função dos recursos naturais e do grau de acumulação alcançado, o problema da absorção de novos capitais se apresentará de outra forma. Sempre que, em uma das comunidades do universo, tenha início um processo acumulativo e ocorra declínio na produtividade física das novas inversões, os recursos poderão ser transferidos para outra comunidade em que o capital seja relativamente mais escasso. Esse aspecto do processo aparece com maior clareza se temos em conta que a atividade que mais atraía os novos capitais, na época referida, era o comércio. A existência de um universo econômico heterogêneo significa, em última instância, que os mesmos bens podem ser obtidos com graus diversos de esforço em diferentes regiões. Em tais condições, transportar bens de um lugar para outro é a forma mais rápida e segura de criar valor. Os recursos acumulados numa comunidade, ao transformar-se em capital comercial, por um lado escapam aos rendimentos decrescentes, e, por outro, tendem a beneficiar o conjunto do universo econômico.

Se atentarmos para o processo em seu conjunto veremos o capital acumulado concentrar-se nos canais comerciais e estes engrossarem e se ramificarem trazendo um número cada vez maior de comunidades ao sistema geral. Por outro lado, veremos a possibilidade de intercâmbio intensificar a utilização dos recursos dentro de cada coletividade. Destarte, o desenvolvimento em seus primeiros estágios é, principalmente, um processo de expansão geográfica do universo econômico. A apropriação do excedente por grupos minoritários possibilita a acumulação e, por intermédio desta, a elevação dos níveis de consumo. O desejo de diversificação do consumo induz à aquisição de bens a maiores distâncias. O surgimento de grupos e comunidades especializados nas transações comerciais passa, então, a desempenhar papel altamente estimulante do desenvolvimento. A ampla apropriação de excedente, que realizam esses grupos, possibilita a acumulação dos recursos requeridos pelas atividades comerciais em expansão. Por outro lado, o espírito de lucro, rapidamente aguçado pelas atividades comerciais, induz a uma expansão permanente do universo econômico. Ali onde existia uma comunidade isolada auto-suficiente, procurarão chegar os mercadores na ânsia dos grandes lucros que possibilitam as primícias de um comércio. Estabelecido este, aumenta a produtividade na comunidade recém-integrada no sistema, o que engendra novos lucros para os grupos que abrigam as linhas de comércio. Haverá, portanto, mais recursos para seguir adiante com a expansão comercial.

Em um sistema econômico dêsse tipo o elemento dinâmico está constituído pelo grupo comerciante. Este cria feitorias, desenvolve os meios de transporte, aproxima comunidades isoladas, difunde inovações, propa-

ga novos métodos de produção, etc. É por esta razão que o grosso dos benefícios resultantes da maior produtividade concentra-se em suas mãos. Desfrutando uma situação de exclusividade total ou parcial para comprar e vender, êsse grupo manipula os preços de forma a alcançar os maiores lucros. O impacto sôbre o sistema produtivo não pode deixar de ser fecundo. A acumulação de recursos em mãos dos comerciantes permite a êstes financiar a abertura de novas linhas de produção, a colonização de melhores terras, etc. A especialização produtiva cria a possibilidade de melhorar os métodos de trabalho; por outro lado, essas melhoras podem ser difundidas, criando-se um corpo de conhecimentos empíricos que, introduzidos nas comunidades mais primitivas, teriam de provocar acentuados aumentos de produtividade.

O crescimento, numa economia comercial, é em última instância, um problema de abertura de mercados. Abertos êstes, sua simples manutenção significa a geração de um fluxo permanente de lucros para os controladores do comércio. Tais lucros poderão ser utilizados na construção de novos barcos, no financiamento de novas empresas, etc. Neste caso, o universo econômico continuará a expandir-se. Entretanto, inexistindo a possibilidade de abertura de novos mercados, os lucros terão de ser acumulados sob a forma de tesouros ou aplicados em obras improdutivas.

Mas não foi principalmente em tesouros que se transformaram as grandes massas de riqueza acumuladas pelas economias pré-industriais. Absorveram-nas o financiamento de guerras e o de obras improdutivas. Se se tem em conta o baixo nível de produtividade que prevalecia nas economias comerciais, surpreende o volume dos recursos acumulados em obras improdutivas. Das

pirâmides do Egito às catedrais medievais, passando pela muralha da China, é enorme o número de obras que devem haver absorvido parcelas substanciais da capacidade produtiva de povos inteiros durante longos períodos.

## A APROPRIAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DOS GRUPOS DOMINANTES

A forma de utilização do excedente de produção e a posição social do grupo que dêle se apropria constituem elementos básicos do processo social que engendra o desenvolvimento. Consideremos mais atentamente este problema em sua apresentação mais simples: caso de uma comunidade que reduz outra à escravidão e passa a exigir dela, periodicamente, certo tributo. O fruto desse tributo reverterá, muito provavelmente, em benefício da minoria dirigente do grupo dominante. Teremos, em consequência dessa transferência de renda, uma melhora nos padrões de consumo e, provavelmente, um programa de inversões em obras improdutivas ou em guerras. Com o excedente de população criado, isto é, com a mão-de-obra escrava ou com pessoas alimentadas com o fruto dos tributos, far-se-ão melhores residências, monumentos, jardins suspensos, etc. Alternativamente, com essa mão-de-obra liberada a comunidade dominante poderá formar um exército e tratar de obrigar outras comunidades a subministrar-lhe tributo, aumentando, por esta forma, ainda mais a sua renda. Poderá também construir muralhas de defesa, incrementando por esse meio o seu poderio.

Foi este o processo pelo qual se formaram os antigos Impérios. A expansão destes estava limitada tão-somente pelas dificuldades de transporte e comunicação

e pelo poder militar de outras comunidades. Sempre que uma comunidade lograva escravizar outra, tornava-se suficientemente forte para tentar escravizar uma terceira, e assim por diante. A guerra era uma forma natural de utilização do excedente de produção. O desenvolvimento, neste caso, assumia a forma da aglutinação temporária de uma constelação de comunidades. A concentração, em mãos de um mesmo grupo do excedente de produção de tôdas essas comunidades, permitia o desenvolvimento da vida urbana na comunidade dominante, grandes inversões improdutivas nessa comunidade, o aparecimento de um número crescente de pessoas dedicadas a tarefas não-manuais, a formação de elites intelectuais, etc.

É importante assinalar, entretanto, que essa cúpula dominante podia estar dissociada da faixa econômica do processo social, inexistindo qualquer conexão entre as preocupações das elites dirigentes e os problemas diretamente ligados ao sistema econômico. Em tais casos, a estabilidade dos Impérios se fundava na capacidade de organização e direção de suas elites dirigentes. Quando estas logravam desenvolver uma técnica eficiente de comunicações e uma bem organizada superestrutura administrativa — como o fizeram os romanos — a sua obra era duradoura. Concluída a expansão militar, tinha início um período de desenvolvimento comercial, fomentado pelas condições de segurança e pela melhoria nos meios de transporte que quase sempre acompanhava o estabelecimento de uma infra-estrutura militar. Os tributos que afluíam à metrópole constituíam a fonte de financiamento de programas de obras improdutivas. Contudo, como a massa de tributos não podia crescer, permanentemente, os investimentos em obras improdutivas tendiam

a alcançar um ponto de saturação, aumentando os gastos de manutenção e reposição das mesmas até absorver a totalidade dos recursos destinados à inversão.

As possibilidades de crescimento através de pura extorsão de tributos são, obviamente, limitadas. Entretanto, a aglutinação política provocada pela conquista militar teve sempre outros efeitos mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento. Pondo em contacto comunidades antes isoladas, estabelecendo comunicações regulares entre regiões distantes, abrindo estradas e nelas organizando a segurança coletiva, a estrutura política estava criando condições altamente favoráveis ao desenvolvimento das atividades comerciais. Ora, com a expansão destas atividades, desenvolvia-se outra forma mais complexa de apropriação do excedente através do lucro comercial. Essa modificação é de importância fundamental, pois o lucro reverte em benefício de um grupo integrado no processo econômico.

É fácil figurar-se que os dois sistemas de apropriação referidos terão coexistido um pouco por toda parte. Se observarmos uma cidade grega, por exemplo, vemos nela mesma e em sua periferia rural o sistema de apropriação com base na escravidão. Ao lado deste, logo identificaremos o sistema de apropriação com base no lucro comercial, auferido principalmente no intercâmbio com as colônias. O segundo sistema enxertara-se no primeiro, e quase nunca os dois lograram integrar-se totalmente. O conflito entre as elites ligadas aos dois sistemas de apropriação referidos — elites essas necessariamente portadoras de complexos ideológicos diversos — está na base da grande instabilidade política das cidades gregas, particularmente daquelas em que as

atividades comerciais mais se desenvolveram, como foi o caso de Atenas.

A característica mais ostensiva das economias comerciais, em confronto com as economias escravistas puras, está no sistema de apropriação, através do intercâmbio. Daí resulta que a classe beneficiária intervém como elemento dinâmico no processo econômico. Demais, ao contrário do que ocorre no regime de apropriação direta, a abertura da corrente comercial causa um aumento de produtividade. É o fruto desse aumento de produtividade que reverte, total ou parcialmente, em benefício do comerciante. Por conseguinte, neste caso a apropriação não é um simples fenômeno de transferência de renda: coexiste com um aumento de produtividade e, portanto, com criação de nova renda. Por último, deve-se ter em conta que, enquanto o tributo é consequência do poder da classe ou comunidade dominante, o lucro comercial constitui a fonte do prestígio e do poder da classe comerciante. Assim, quanto maior o poder, maior seria a massa de tributo conseguida. Daí as inversões em expedições guerreiras. No caso do comércio, quanto maior o lucro, maior seria o prestígio e o poder. Daí o desejo de expandir cada vez mais esse comércio.

## A ASSIMETRIA DO RETROCESSO ECONÔMICO

Consideremos agora o seguinte problema: que ocorreria a um sistema econômico escravista-comercial, como eram os da antiguidade, quando entrava em colapso a estrutura política que o sustentava? As mais das vezes, a destruição de uma ordem política era sucedida pela instituição de uma nova. Em outras palavras: o predomínio de uma comunidade ou povo cedia lugar ao de outro. Entretanto, nem sempre foi assim. A exceção

mais extraordinária a essa regra está constituída pelo colapso do Império Romano do Ocidente. A destruição da enorme maquinaria administrativo-militar que constituía êsse Império teve conseqüências profundas para a economia da imensa área que ocupava. O desaparecimento das populações urbanas que se haviam formado em tórno dos núcleos administrativos e militares privou os campos de mercado para seus excedentes de produção. Os tributos, por um lado, e o comércio, por outro, haviam induzido a uma utilização mais intensiva da terra e da mão-de-obra escrava ou livre. Nessa época, como hoje, era o desenvolvimento urbano que determinava o progresso nas técnicas agrícolas. Desarticulado o sistema administrativo-militar, desapareceram as condições de segurança que possibilitavam o comércio; por outro lado, desaparecidos os tributos, terminava a principal fonte de renda das populações urbanas, que viviam de subsídios ou da prestação de serviços. Em conseqüência, as cidades tenderam a despovoar-se e mesmo a desaparecer. Em Roma, por exemplo, foi tão grande o despovoamento que apenas o bairro central estava habitado no século VI.

Temos aí bem configurado um caso de involução de um sistema econômico. Por tóda parte se reduzem as transações, aumenta relativamente a produção destinada a autoconsumo, baixa a produtividade, atrofia-se a renda social. Este caso de retrocesso econômico ilustra o fato amplamente observado e de grande significado: o desenvolvimento não é um processo perfeitamente reversível. O retrocesso não traduz um movimento simétrico ao do progresso ou crescimento. Se não levarmos em conta essa assimetria, dificilmente poderemos explicar grande número de casos históricos de interêsse do ponto de vista do desenvolvimento da economia moderna.



Com a desaparição do Império Romano, houve um atrofiamento da economia da Europa Ocidental, e não um retôrno dessa economia a seu estado anterior. Uma economia atrofiada possui um nível técnico superior àquele que normalmente corresponderia a seu nível de renda e a sua constelação de recursos naturais. Em outras palavras: a redução da produção per capita, motivada pela desarticulação do sistema econômico, não traz consigo uma reversão às formas primitivas de produção, isto é, não implica um abandono total das técnicas mais avançadas.

A compreensão desse fenômeno é de grande importância para a explicação do tipo de organização econômico-social que surgiu na Europa a partir do século VIII e que chamamos de feudalismo. Segundo a opinião corrente, a economia do feudo era um sistema fechado ou quase fechado. Mas não estava aí sua principal característica, e sim no fato de que era uma economia fechada de nível relativamente elevado de consumo. As comunidades primitivas de dimensões idênticas — e que, como o feudo, eram economias fechadas, ou seja, de autoconsumo — apresentavam, via de regra, um nível médio de consumo mais baixo que o das comunidades feudais européias. Os barões feudais conseguiram, com recursos locais, não só construir castelos, como também armar os seus homens para a guerra e manter um número quase sempre elevado de pessoas ociosas em tôrno de si. O excedente de produção que chegava às mãos do senhor feudal, mesmo dos pequenos, era relativamente grande se se tem em conta que tinha êsse excedente origem na apropriação direta de parte do fruto da produção de uma pequena comunidade. Ora, isto só foi possível porque era relativamente elevado o nível da técnica que prevalecia dentro do feudo.

Esse nível técnico, em verdade, era sobrevivência de um sistema econômico que desaparecera. A economia feudal representava, portanto, uma forma regressiva de organização social, com técnica em decadência mas, ainda assim, de nível relativamente superior. Esse fenômeno poderia servir-nos para explicar a substituição da escravidão pela servidão. A escravidão traduz o uso mais intensivo possível de mão-de-obra. Com o avanço da técnica, a pressão sobre o fator mão-de-obra se vai reduzindo e, em consequência, vão melhorando os regimes de organização do trabalho.

Na etapa que estamos considerando, de maneira geral, não houve avanço tecnológico, mas ocorreu fenômeno de consequências semelhantes: ao reduzir-se a procura externa, isto é, ao fechar-se a economia e constituir-se o feudo, resultou que a técnica era suficientemente elevada para que se realizasse a produção consumível com muito menor pressão sobre a mão-de-obra. Em consequência, o antigo escravo que trabalhava dentro de rígida disciplina e sob férreo controle, no latifúndio romano, insensivelmente transformou-se em servo orientado apenas por uma rotina baseada na tradição.

Poder-se-ia indagar por que não foi mantido o nível médio de produtividade e com intensificação do processo acumulativo dentro do feudo. A razão é simples: o que se produzia não podia ser acumulado; eram bens perecíveis. Sem intercâmbio, de nada valia aumentar a produção agropecuária. A única forma viável de acumulação estava na construção, e esta chegou a proporções formidáveis com os castelos medievais. Outro fenômeno que se poderia classificar de acumulação foi o aparecimento de grandes séquitos em torno dos senho-

res feudais. Se o excedente produzido no feudo quase sempre não podia ser acumulado, pelo menos servia para alimentar um grande número de comensais. Em verdade, o número de pessoas que viviam de subsídios é surpreendentemente grande, consideradas as dimensões do universo econômico feudal.

## **OS FATORES EXÓGENOS NO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA COMERCIAL EUROPÉIA**

Tido em conta o fenômeno de incubação de um nível técnico superior, que foi o feudalismo europeu, mais facilmente pode-se compreender a rapidez com que se retomou na Europa o processo de desenvolvimento a partir do século XI.

Para que o desenvolvimento ocorresse como um processo endógeno, na Europa feudal, teria sido necessário que, inicialmente, progredisse a integração política. Que um grupo se impusesse progressivamente a outros, dando lugar à formação de unidades econômicas maiores, nas quais o comércio pudesse encontrar, espontaneamente, condições propícias a seu surgimento e intensificação. Fatores de diversas ordens, e que escapam ao alcance da Análise Econômica, impediram que essa integração política se realizasse, ou que tivesse estabilidade ou que alcançasse profundidade no organismo social. As ligações que se formavam através de vínculos pessoais não tinham penetração suficiente para permitir a aglutinação de um sistema econômico, pois não exigiam a articulação de um sistema administrativo e um de segurança integrados. Na verdade, tais ligações refletiam a incapacidade do poder central para governar, pois eram delegações desse poder.

É fácil compreender que, numa sociedade de tipo da feudal, qualquer tentativa de unificação pela força encontra sérios obstáculos, pois a numerosa classe ociosa faz da guerra a sua ocupação favorita. Aquela comunidade cujo poder se torna ameaçador para as demais, logo chama contra si a aliança de outras. Qualquer composição política passa a ser, portanto, necessariamente instável.

Não obstante isso, o desenvolvimento começou, a partir dos séculos X ou XI, e avançou rapidamente. Não foi, entretanto, um processo endógeno: foi imposto de fora para dentro. Começou, conforme agudamente observou o historiador HENRI PIRENNE<sup>2</sup>, como uma consequência da modificação fundamental que a eclosão do maometanismo trouxe às linhas do comércio bizantino. A imensa metrópole comercial que era Bizâncio viu-se, súbitamente, privada de suas fontes de abastecimento em quase todo o litoral sul e oriental do Mediterrâneo, em razão das invasões árabes. Voltaram-se, então, os bizantinos com grande empenho para as costas da Itália. Esse contacto, como é sabido, deu lugar ao surgimento de poderosas economias comerciais na costa italiana. A propagação dessas correntes de comércio, nos séculos seguintes, por todo o continente europeu, tem sido amplamente estudada. Formou-se no litoral da Europa verdadeira cadeia de entrepostos comerciais e, através do leito dos grandes rios, todo o continente foi como que contaminado pela atividades dos mercadores. Tem-se aí um caso típico de expansão do universo econômico sob a pressão de correntes comerciais, que encontram grande receptividade, em razão da existência de um

---

<sup>2</sup> Veja-se entre outras obras do autor sua *Historia de Europa*, edição de Fondo de Cultura Económica, México.

excedente virtual de produção, isto é, das características mesmas da economia feudal européia anteriormente referidas. Esta economia comportou-se como se estivesse preparada para receber as correntes de comércio, as quais vinham possibilitar melhor utilização dos recursos já existentes e uma diversificação do consumo, sem exigir maiores modificações no sistema produtivo.

Destarte, as correntes comerciais constituíram um fenômeno exógeno no mundo feudal. É essa uma comprovação de grande importância, pois nos dá a chave para esclarecer uma série de problemas. Desde logo, cabe observar que os dirigentes das atividades comerciais iriam constituir uma classe nova — a burguesia, isto é, os habitantes das cidades — classe essa totalmente dissociada das elites dominantes no mundo feudal. Essa duplicidade de elites, movidas por interesses totalmente distintos, representando constelações de valores diversos — uma fundando o seu poder na propriedade da terra, outra no lucro comercial — terá profunda influência no desenvolvimento da sociedade européia. Na Itália êsse fenômeno aparece com transparência quando estudamos comparativamente as histórias de Florença e Veneza.

Na primeira dessas cidades — como observa o Prof. LUZZATTO<sup>3</sup> — as duas elites jamais chegaram a formar um todo integrado. A velha classe latifundiária conservou força e poder ao lado da nova elite burguesa, e essa duplicidade não foi estranha à acidentada história política florentina. Em Veneza a burguesia comercial encontrou o terreno praticamente desimpedido e domi-

---

<sup>3</sup> "Small and Great Merchants in the Italian Cities in the Renaissance". GINO LUZZATTO, *Enterprise and Secular Change*, American Economic Association Series.

nou com exclusividade. Veneza foi, certamente, a expressão mais completa de uma civilização comercial desde a época dos fenícios.

Entretanto, se em cidades como Veneza e Gênova o comércio levou à criação de unidades econômicas independentes de tipo urbano, o mesmo não ocorreria em outras partes da Europa. As cidades italianas, que se desenvolveram com o comércio, eram quase estritamente entrepostos: provocavam e financiavam o comércio entre outras regiões para apropriar-se de parte do aumento de produtividade possibilitado por êsse comércio. Em Veneza, por exemplo, só tinham certos direitos de cidadania aqueles comerciantes chamados *de extra*, isto é, que participavam no comércio externo.

Nas regiões em que o grosso do comércio era de natureza interna, isto é, nas regiões que intercambiavam os produtos de sua periferia rural por outros de comunidades vizinhas ou distantes, logo se fez sentir a inconveniência do regime político atomizado, característico no mundo feudal. Ocorre, então, na Europa, fenômeno inverso ao da formação do Império Romano. Neste, a integração política provocou o comércio e o desenvolvimento. Na Europa, o comércio e a interdependência entre regiões vizinhas provocarão a integração política. O feudalismo havia sido a forma mais prática de manter a segurança coletiva após o colapso do poder romano. Num mundo estacionário, como era o feudal, as relações sociais se desenvolviam dentro de um campo perfeitamente delimitado, reduzindo-se, portanto, ao mínimo a necessidade de governo, ou seja, de um poder capaz de criar normas adequadas a situações novas.

Ao se desenvolverem as correntes comerciais e ao se multiplicarem os núcleos da nova sociedade burguesa,

o problema da segurança deixará de ser de natureza local. Por outro lado, em uma sociedade em rápida mudança o campo da ação política se amplia, pois o instrumental coercitivo e de controle necessita de permanente readaptação. Os Estados nacionais surgirão na Europa, destarte, não como uma aglutinação das unidades feudais, e sim como uma armadura para proteger e regulamentar a nova sociedade de base urbana que se estava formando. É este um dado a ser tido em conta para explicar a rapidez com que se desenvolve a economia comercial européia. Ao contrário do que ocorreria na Grécia, onde as elites comerciais permaneceram em choque com os grupos escravistas que detinham o poder político, na Europa a classe dominante pôde, quando conveniente, aliar-se ao poder real contra o feudal, isto é, pôde tomar partido nas guerras entre os senhores feudais e precipitar a ruína do regime político dominante.

## **OS DOIS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA ECONOMIA URBANA COMERCIAL**

O advento da economia industrial européia é, de todos os pontos de vista, um fenômeno cuja compreensão apresenta extraordinária importância. Do ângulo da teoria do desenvolvimento econômico esse fenômeno se configura como verdadeiramente transcendental, pois se logramos bem compreendê-lo estaremos capacitados para penetrar a fundo na análise do sistema econômico atual, identificar as diferenças fundamentais que apresenta esse sistema em seus diversos graus de desenvolvimento, e perscrutar as potencialidades que o mesmo apresenta como instrumento propulsor do progresso

econômico. A transformação da economia comercial européia em economia preponderantemente industrial ocupou cerca de três séculos da história moderna: do XVI a fins do XVIII. Entretanto, para bem compreender o mecanismo dessa lenta metamorfose teremos que, mais uma vez, analisar a economia comercial que se formou, por um processo de enxêrto, na economia feudal preexistente.

Vimos que a economia comercial européia, pelo facto mesmo de que resultou de um processo exógeno, não provocou, desde o início, transformações estruturais na economia feudal. Ao contrário do que provavelmente ocorreria, se o ponto de partida tivesse sido uma transformação interna da economia feudal, o desenvolvimento do comércio como processo exógeno fez surgir uma nova economia separada da preexistente, inclusive geograficamente. Contrapôs-se, dessa forma, à velha economia agropecuária de subsistência, a nova economia comercial urbana. Não se trata, entretanto, de uma contraposição por oposição total de interesses. Pelo contrário. A economia urbana assentava sua base nos excedentes de produção da economia agropecuária. Ela veio criar, ao senhor feudal, a possibilidade de diversificar o seu consumo utilizando aquêl excedente virtual de produção a que nos referimos anteriormente. E não foi por outra razão que os senhores feudais acolheram, protegeram e outorgaram privilégios aos núcleos nascentes da nova economia. Assim, o advento das linhas de comércio provocou o desenvolvimento da atividade agropecuária, vale dizer, o aumento da produtividade nos campos. É surpreendente como já no século XII certas regiões da Europa se haviam especializado na produção de vinho, outras na produção de lã, outras na de trigo, outras na de linho, etc.



É interessante observar o papel típico de entrepostos que desempenhavam as cidades nascentes. Seria um êrro supor que a nova economia veio para substituir a antiga, pois o seu verdadeiro papel foi o de obrigar esta última a transformar-se. Ali, onde antes existia uma economia rural fechada, aparecia um sistema que dedicava parte de sua produção ao mercado externo, dêste recebendo — através do entreposto urbano — uma série de produtos que de outra forma não teriam sido acessíveis. Em conseqüência, a produção agropecuária não só teve de aumentar para dar origem ao excedente exigido pelo pagamento dos novos produtos, vindos de outras regiões agrícolas ou do Oriente, como teve de crescer para alimentar a população urbana. Com efeito, no preço pago pelos produtos importados nas zonas rurais estava incluído o valor do serviço que prestava o comerciante como intermediário, isto é, estava incluída a remuneração ou renda da classe comercial. Destarte, a remuneração do comerciante — base da renda da população urbana — tinha sua origem no aumento de produtividade do setor agropecuário. É necessário não esquecer que, por essa época, a população urbana muito provavelmente não representava mais de 10 por cento da massa demográfica.

A renda da população urbana, entretanto, não estava constituída de maneira exclusiva pelos lucros que auferiam os comerciantes em suas transações com as zonas rurais. Parte dêsses lucros, é verdade, era despendida com produtos que vinham do campo ou do exterior, mas outra parte, certamente a maior, era despendida dentro da cidade com bens e serviços aí produzidos. A produção urbana compreendia o fabrico do pão e outros alimentos, o de calçado, vestimentas, cerâmica, móveis e uma infinidade de outros objetos de

uso corrente. Por outro lado, parte da renda auferida pelos trabalhadores urbanos era despendida com produção rural. A técnica dos artesãos urbanos não seria muito distinta da que se conhecia dentro nos feudos e que havia sido preservada dos tempos do Império Romano. Essa produção artesanal constituía uma espécie de apêndice da economia comercial, para a qual a cidade funcionava como entreposto. Ao crescerem os lucros comerciais e ao aumentarem os gastos dos comerciantes dentro da cidade, expandia-se a massa de renda em mãos dos artesãos e de outros grupos que viviam de prestar serviços à população urbana. Eram portanto os grandes comerciantes ligados aos negócios externos que constituíam, com suas empresas, a peça central ou o elemento motor da economia urbana. Conforme fôsse o nível dos lucros dêesses comerciantes, variaria para mais ou para menos a renda de todos os demais grupos. Em tais condições, o problema da distribuição da renda, isto é, o problema dos preços relativos tendia a tornar-se extremamente importante. Dado determinado nível de lucros dos comerciantes *de extra*, ou seja, dos comerciantes que tinham transações fora da cidade, também estava dado o nível da renda global da coletividade. O problema que se apresentava era saber como se distribuiria essa renda. Sempre que um grupo conseguisse aumentar os preços daquilo que produzia para vender, com relação ao nível médio dos preços, lograria aumentar sua participação na renda global.

Não se creia que as observações acima feitas são meras deduções abstratas. Já no século XII assumiam grandes proporções, nas cidades, os conflitos provocados pelo açambarcamento de víveres, pelos aumentos arbitrários de preços, etc. Daí que desde muito cedo as

operações comerciais a varejo, isto é, aquelas operações que interessavam ao abastecimento urbano, tenham sido minuciosamente regulamentadas. Não deixa de causar certa perplexidade que nessas economias fundamentalmente comerciais tenha prevalecido o princípio segundo o qual os intermediários entre o produtor e o consumidor deveriam ser excluídos. Era estritamente proibido comprar gêneros alimentícios aos camponeses fora da zona urbana. Tais gêneros deviam ser levados ao mercado e, em horas prefixadas, postos à venda. Ninguém podia comprar mais do que aquilo de que necessitava para o seu uso. Essa estrita regulamentação destinava-se a criar as condições de um mercado perfeito, isto é, de um mercado atomizado do lado do comprador e do lado do vendedor. A livre concorrência, para não degenerar rapidamente em formas imperfeitas de mercado, exige, mais que qualquer outro regime, total regulamentação e estrito controle. O regime de *laisser faire* não cria mercados perfeitos, pois dá oportunidade ao mais forte de liquidar os mais fracos ou reduzi-los a um comportamento subordinado. A concorrência perfeita, na forma em que existiu nos mercados de gêneros alimentícios das cidades medievais, não é propícia ao desenvolvimento da economia capitalista, pois reduz os lucros ao mínimo. É no regime do *laisser faire* que as margens de lucro crescem suficientemente para acelerar a capitalização.

Apresenta um grande interesse observar a duplicidade do sistema econômico que prevaleceu nas cidades medievais. Por um lado, temos o regime de *laisser faire* imperando no comércio externo. Por outro, temos a regulamentação estrita — seja sob a forma de concorrência perfeita, seja sob a forma de corporações — imperando nas atividades internas das cidades. Reunimos

propositadamente a concorrência perfeita e as corporações, pois estes dois sistemas tiveram fundamentalmente, em sua origem, o mesmo objetivo: reduzir ao mínimo as margens de lucro. Não é difícil compreender os fundamentos últimos da política que estava por trás desses dois sistemas de organização da produção e da circulação, se se tem em conta que as cidades eram governadas pelos grandes comerciantes. Estes tinham todo o interesse em evitar o encarecimento dos gêneros e outros artigos de consumo dentro da cidade. Com os tipos de regulamentação referidos, conseguia a classe dirigente dois objetivos: evitar adulterações ou, como já se dizia nessa época, práticas desleais de comércio, e coíbiavam-se a especulação e as grandes margens de lucro.

O regime das corporações de ofício, como é sabido, não foi imposto pelos governos das cidades. As corporações surgiram espontaneamente e foram regulamentadas *a posteriori*. Esse regime constituiu, em verdade, um compromisso entre os artesãos e a classe comerciante dominante. Ao iniciar-se o desenvolvimento das cidades, o número de artesãos devia ser escasso. Mas, ao alcançarem estas certo desenvolvimento e estacionarem, o número relativo de artesãos tendeu a aumentar. É necessário não esquecer que, nos séculos XIII e XIV, uma má colheita, uma peste, uma guerra local eram suficientes para provocar grandes transtornos à atividade econômica. Em razão de tais calamidades, muitas regiões sofriam bruscos retrocessos e parte de sua população urbana emigrava, o que determinava afluência de artesãos às cidades mais prósperas, muitas vezes em quantidades excessivas. Aquêles, que nelas já se encontravam, procuravam naturalmente proteger-se. As organizações resultantes foram finalmente regula-

mentadas e serviram a dois objetivos: ao da classe artesanal, que era proteger-se contra os intrusos, e ao da classe dirigente, que era manter a qualidade do produto e regulamentar os preços. Os artesãos satisfaziam-se com lucros moderados e, em compensação, recebiam a exclusividade do mercado.

Percebem-se melhor os compromissos que estavam por trás do regime das corporações, à luz do que se disse sobre a importância do problema da distribuição da renda na economia das cidades. O nível global da renda, determinado pelos lucros que os azares proporcionavam à grande classe comerciante, era a variável independente. Se os comerciantes reduzissem os seus gastos, os artesãos reduziriam as suas rendas e, por conseguinte, também reduziriam os seus gastos, provocando novas reduções de renda. A contração dos gastos dos comerciantes provocaria, destarte, em determinado período de tempo, uma redução total de renda que seria maior ou menor, de acordo com a magnitude do multiplicador. Mas voltemos ao ponto central: dado o nível da renda global, cabia distribuí-la com os distintos grupos da coletividade. Os preços relativos — ou seja, os termos do intercâmbio interno — constituíam, portanto, o grande problema dessas comunidades. Se observamos o sistema econômico medieval por este lado, vemos que as corporações não somente eram um compromisso entre cada grupo artesanal e a classe dirigente como também eram um compromisso dos distintos grupos artesanais entre si. Aceitava-se o *statu quo* na distribuição da renda e já ninguém tinha o direito a reclamar. Cada classe, por seu lado, se encarregava de ratear entre os seus membros a quota que lhe cabia.

O funcionamento interno de uma economia urbana medieval típica, observado à luz dos elementos que vi-

mos de apresentar, apresenta grandes semelhanças com o da economia feudal. É bem verdade que a economia urbana está integrada numa corrente de comércio e que o feudo é principalmente uma economia fechada. Mas, do ponto de vista de seu funcionamento interno, as duas economias têm semelhanças fundamentais. No feudo a distribuição da renda faz-se partindo do nível da colheita — que aqui seria a variável independente — de acôrdo com uma tradição estabelecida, a qual tende a beneficiar o grupo proprietário da terra. Na cidade, dado o nível da renda global, a distribuição é feita igualmente de acôrdo com uma série de normas rígidas que tendem a beneficiar o grupo comerciante dirigente e que representam um compromisso entre os grupos artesanais. Nos dois casos, tem-se um sistema de organização da produção totalmente destituído de impulso próprio de crescimento. É sob êste ponto de vista que a economia urbana medieval se assemelha muito mais à economia feudal que à economia industrial. Contudo, ao contrário do que ocorre com a economia feudal, a urbana medieval está dotada de um fator dinâmico: a grande classe comerciante. Esta se desenvolveu, conforme assinalamos, como intermediária do intercâmbio entre regiões produtoras de artigos primários, e entre estas últimas e regiões produtoras de artigos mais elaborados. Com o desenvolvimento da vida urbana e a diversificação do consumo entre os grupos dirigentes nos campos, certos produtos manufaturados — muito especialmente os tecidos de qualidade — passaram a ter uma procura crescente. De início, o comércio de tecidos se limitava a produtos de elevados preços, principalmente importados do Oriente. Com o aumento do consumo, os comerciantes logo perceberam a vantagem de incentivar diretamente a produção dos mesmos. Já

no século XII a produção de tecidos para exportação se realiza em muitas cidades em escala considerável, sendo controlada por comerciantes que a financiam e fornecem as matérias-primas. Esse tipo de produção urbana para exportação aparece inicialmente na Itália e, no século XIII, toma grande impulso no norte da França e nos Países-Baixos. Os tecidos dessa procedência passaram a ser exportados em grande escala, inclusive para o Oriente, por intermédio dos comerciantes genoveses.

A manufatura urbana de exportação, por motivos fáceis de perceber, se diferencia totalmente do artesanato corporativo. Enquanto este último estava organizado para atender a uma procura regular e relativamente estável, a manufatura de exportação dependia de uma série de fatores aleatórios ligados ao mercado externo. Ora, no mercado externo predominava a concorrência estilo *laissez faire*. As quantidades nêle colocadas podiam ser grandes ou pequenas, conforme as condições que prevaleciam em cada momento particular. A perda de um barco, à causa de pirataria ou mau tempo, tinha como consequência prejuízos totais para um comerciante e possíveis lucros extraordinários para outros. Confrontamo-nos, assim, com essa situação extremamente curiosa, que prevalece na Idade Média e no começo dos tempos modernos: dentro das comunidades urbanas a produção tende a organizar-se em forma a que todos os imprevistos sejam eliminados; entre essas mesmas comunidades urbanas o comércio se realiza em condições totalmente aleatórias e de aventura. É este segundo comércio que, com seu dinamismo e instabilidade, provocará rupturas sucessivas e cada vez mais profundas no arcabouço geral do sistema.

## A TENSÃO NAS LINHAS DE COMÉRCIO E A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DO PROBLEMA DOS CUSTOS

A partir do século XIV as grandes linhas de comércio começaram a apresentar sintomas de saturação. O deslocamento da fronteira comercial havia alcançado os extremos da Europa e o universo econômico teve de contrair-se sob a pressão das invasões otomanas. A concorrência intensifica-se e a tensão dentro do sistema aumenta. Essa situação favorecerá a unificação política dos Estados nacionais europeus. Assim como os artesãos se haviam organizado para defender-se dentro do perímetro urbano, a grande burguesia, que favoreceu a unificação política, irá organizar-se para defender-se dentro das fronteiras nacionais. Na Inglaterra, já na primeira metade do século XIV, o governo real tenta proibir a importação de tecidos. Também nesse mesmo século o governo inglês tenta reservar para os barcos nacionais o comércio nas costas do país. A Inglaterra foi, assim, o primeiro país europeu a formular e aplicar uma política decididamente protecionista, assim como mais tarde será o primeiro país a praticar uma política decididamente livre-cambista. A política protecionista inglesa provoca fortes reações, particularmente nos Países-Baixos, onde se proíbe a importação de tecidos ingleses.

Essa tensão crescente no comércio europeu, acarretada por uma concorrência cada vez maior, teria necessariamente que repercutir no regime de organização da produção, passando os custos a ter significação crescente. Para lutar contra tarifas aduaneiras é necessário reduzir custos; para concorrer com empresas locais protegidas e cada vez mais bem organizadas, ainda é



mais necessário reduzir custos. Passa-se, assim, insensivelmente, de um sistema econômico em que a margem de lucro é extremamente elevada ou os prejuízos são totais, para outro em que prevalece maior segurança nas transações e maior regularidade nas operações e, ao mesmo tempo, em que as margens de lucro são menores.

A importância relativa do custo de produção na formação dos lucros decorre do tipo de operação comercial. No comércio primitivo, as relações do custo de produção com o preço de venda de uma mercadoria eram remotas. Consideremos, por exemplo, o caso de uma mercadoria, como o açúcar, que vinha do Oriente em pequenas quantidades para ser vendida na Europa ocidental. O custo de produção desse artigo, ou melhor, o preço pago ao seu produtor, provavelmente não representaria 5 por cento do seu preço de venda ao consumidor final. Esse preço destinava-se quase exclusivamente a pagar os intermediários que corriam os riscos de transportar o produto, através de regiões inseguras, durante meses, a cobrir impostos de peagem e a formar os lucros do comerciante. O custo de produção, destarte, não guardava nenhuma relação com os preços de venda. O que interessava ao comerciante era a segurança no transporte, pois a perda de uma carga representava enorme prejuízo. Daí as inversões feitas para armar navios, proteger caravanas com grupos armados, etc. Tais inversões eram enormemente mais produtivas que quaisquer possíveis reduções nos custos de produção.

Os termos desse problema começaram a modificar-se com a intensificação da concorrência na Europa. Para um comerciante flamengo que financia a produção de tecidos de lã com o objetivo de exportá-los para a Inglaterra, o custo de produção começa a ser um fa-

tor de significação. Esse comerciante importa a lã e as tintas e contrata a produção com um mestre-tecelão-comerciante, como se dizia na época. O mestre, por sua vez, subcontrata a domicílio. Com a intensificação da concorrência o comerciante financiador começa a preocupar-se com os custos para manter-se no comércio. O mestre-tecelão, que neste caso atua como organizador da produção, trata, então, por tôdas as formas, de reduzir os seus custos, pois a alternativa é perder o trabalho. Começam em consequência a surgir as organizações coletivas de produção ou "fábricas", cujo objetivo é intensificar o uso dos instrumentos de trabalho e facilitar o contróle da matéria-prima, do número de horas de trabalho, etc. Por outro lado, procura-se usar mão-de-obra feminina e infantil, também com o objetivo de reduzir os custos. Essas transformações na forma de organização da produção suscitaram enorme resistência em diversos setores. Foram necessários três séculos de ajustes e reajustes, de torções e distorções, para que a metamorfose se realizasse totalmente. A maior resistência oferecida, foi no campo das corporações, que gozavam de uma série de privilégios e trataram por tôdas as formas de impedir dentro das zonas urbanas a produção à base de "trabalho livre" — como então se dizia — organizada pelos mestres-comerciantes. Estes, entretanto, procuraram organizar a produção em zonas rurais ou buscaram aquelas cidades onde não se tinham organizado corporações, ou encontraram outros meios para contornar as dificuldades.

O importante a reter em tudo isso é que surgira um nôvo sistema de organização da produção em que o custo de produção desempenhava papel fundamental. Uma das primeiras consequências da consolidação desse sistema foi a corrida contra o salário real dos artesãos

transformados em operários. A um nível de técnica primitiva o principal item dos custos de operação é a folha de salários. Era necessário reduzir essa folha de salários e com esse fim foram empregados todos os métodos. As condições de trabalho, na segunda metade do século XVIII — quando houve o desbaratamento final das corporações — e começos do século XIX, em nada são superiores às que haviam prevalecido no Império Romano. A pressão sobre a força de trabalho chegou ao máximo e, sem que se tenham alterado em nada as relações jurídicas que prevaleciam na sociedade, o regime de trabalho assumiu características de dureza que não haviam sido conhecidas na Europa em todo o milênio anterior. Contudo, a redução na folha de salários é apenas um dos meios de comprimir os custos de produção. Cedo se deram conta os empresários de que existe um limite de subsistência. Mas, também perceberam sem tardança que, modificando os métodos de produção, dividindo melhor o trabalho, introduzindo instrumentos mais adequados, poder-se-ia ir bem mais longe que simplesmente cortando nos salários. Aparentemente, os aumentos da produtividade, que se conseguiram já no século XVIII com uma divisão mais racional do trabalho, foram estupendos. ADAM SMITH, que publicou a sua *Riqueza das Nações* em 1776, atribui todo aumento de produtividade a melhoras na divisão do trabalho.

Não nos cabe entrar em detalhes sobre as complexas e profundas transformações do sistema econômico europeu a partir do século XVIII. Mas queremos chamar a atenção para este fenômeno de extraordinária importância: a ascendência progressiva da técnica de produção ao ponto focal do sistema econômico. Recapitulemos os marcos mais relevantes do processo: o esta-

cionamento da fronteira econômica na Europa provoca intensificação da concorrência; esta leva a tensões crescentes, que aceleram a aglutinação do sistema político, a formação de economias nacionais e provoca o surgimento da política mercantilista de proteção das burguesias nacionais; para manter suas linhas de comércio, particularmente as de exportações de tecidos entre regiões vizinhas, os comerciantes exigem dos mestres-artesãos, organizadores da produção, custos mais e mais baixos; surge, em consequência, uma classe de artesãos-empresários cuja subsistência depende de permanente vigilância com respeito aos custos de produção; a política de redução de custos leva à organização de grandes unidades de produção — as fábricas — e a uma enorme pressão sobre os salários reais; por outro lado, essa política de redução de custos induz a progressivos aperfeiçoamentos na técnica de produção. Abre-se, assim, um caminho de possibilidades extraordinárias.

## **A TÉCNICA DE PRODUÇÃO COMO PONTO FOCAL DO NÓVO SISTEMA ECONÓMICO**

Não nos deteremos a observar a multiplicidade de aspectos desse problema fascinante que foi a eclosão de uma economia industrial. Anotaremos apenas alguns pontos que são de particular interesse para compreender o caráter altamente dinâmico dessa economia. O primeiro desses pontos diz respeito à grande valorização da pesquisa empírica. Sendo a produção industrial um simples meio de transformar e adaptar recursos naturais, mediante processos baseados em princípios derivados da observação do mundo físico, compreende-se que o desejo de aperfeiçoar as técnicas de produção tenha exigido um conhecimento crescente dos recursos natu-

rais e do mundo físico. Não há dúvida que o desejo de compreender e explicar o mundo físico e metafísico tem sido comum a tôdas as culturas. Entretanto, foi sòmente na economia industrial que êsse impulso fundamental do espírito humano se incorporou ao elemento motor do sistema econômico. É fácil compreender a força explosiva que resultaria da conjugação dêsses dois impulsos básicos do homem: o desejo de riqueza e poder, e a aspiração de compreender e explicar o mundo em que vivemos. A total dissociação dêsses dois elementos, no mundo grego, causou-a o fato de que a elite comerciante permaneceu como que enxertada no organismo social, onde continuou prevalecendo o complexo ideológico da elite agrícola-escravista. Mas não teria sido suficiente o predomínio da elite comercial para que se lograsse aquela combinação extraordinária, que só no século XVIII se cristalizará. O desenvolvimento das economias comerciais buscava a linha de menor resistência, oferecida pelo deslocamento da fronteira econômica. Os fenícios chegaram à Inglaterra e os portugueses avançaram até a Índia. Contudo, a densidade econômica dos universos respectivos era demasiadamente fraca para que os problemas ligados à organização da produção chegassem a ter uma significação fundamental.

O segundo ponto para o qual queremos chamar a atenção é a das novas oportunidades de inversão que surgem com a economia industrial. Melhorar os métodos de produção pressupõe, evidentemente, um conhecimento progressivo do mundo físico e conseqüente valorização das Ciências Naturais. Mas não é sòmente isso. Significa, também, incorporar recursos ao processo produtivo. Os métodos de produção se tornarão, como se dirá no século XIX, cada vez mais capitalísticos, isto é, mais baseados no uso de equipamentos e outras for-

mas de capital. Ora, isto teria conseqüências profundas para a organização do sistema econômico, pois, para colocar reprodutivamente os recursos que estão permanentemente afluindo a suas mãos, o empresário já não necessitará de uma fronteira em expansão, ou seja de abrir novas linhas de comércio. Poderá aplicar os seus capitais em profundidade, dentro da própria fronteira econômica já estabelecida. A aplicação desses capitais significará incremento de produtividade, aumento da renda global e, portanto, expansão do mercado interno. Reduzindo os seus custos sem cortar na fôlha de salários, o empresário poderá baratear os seus produtos sem reduzir, concomitantemente, a renda dos seus operários. Desta forma, os lucros que afluem à mãos da classe empresária industrial serão aplicados, de maneira crescente, no próprio sistema industrial.

Se atentamos para os elementos essenciais do sistema econômico que amadureceu no século XIX, vemos, por um lado, o empresário industrial que coloca os seus produtos em um mercado onde os preços se formam independentemente de sua vontade: os preços de venda do produto final são, para o empresário individual, um dado; partindo desses preços ele trata de organizar a produção. Por outro lado, vemos esse mesmo empresário organizando sua produção à base de fatores e recursos que ele adquire nos distintos mercados a níveis de preços que igualmente independem de sua vontade. Entre esses dois mercados — o dos produtos finais e o dos fatores de produção — move-se o empresário industrial. Sua preocupação central consiste, destarte, em tirar o máximo de partido dos fatores que adquire, isto é, consiste em organizar a produção da forma mais eficiente possível. É, portanto, na organização e na técnica de produção que está o elemento focal do novo

sistema econômico. E não é somente isso: inovar nas técnicas de produção significa, via de regra, abrir oportunidade ao capital — que sob a forma de lucro está afluindo às mãos do empresário — de reincorporar-se ao sistema produtivo. A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicar remuneradoramente êsses lucros. Cabe, assim, à tecnologia, desempenhar o papel de fator dinâmico central na economia industrial. E, como a tecnologia não é outra coisa senão a aplicação ao sistema produtivo do conhecimento científico do mundo físico, pode-se afirmar que a economia industrial só encontra limites de expansão na própria capacidade do homem para penetrar no conhecimento do mundo em que vive.

## IMANÊNCIA DO CRESCIMENTO E DA INSTABILIDADE NA ECONOMIA INDUSTRIAL DE LIVRE-EMPRESA

Observamos nas seções anteriores que os custos de produção constituem o problema básico em uma economia industrial. Dissemos, demais, que as preocupações com os custos colocaram a técnica produtiva no primeiro plano e que o processo de desenvolvimento, em razão disso, tendeu a transformar-se em um processo de avanço da tecnologia. Por último, indicamos que êsse avanço da tecnologia abriu oportunidade aos capitais, em permanente acumulação, de reincorporar-se ao processo produtivo. Dessas observações depreende-se que a economia industrial, ao contrário do que ocorria com as economias comerciais, não necessita de uma fronteira geográfica em expansão — para crescer. O seu desenvolvimento opera-se, basicamente, em profundidade, isto é, traduz a intensificação da capitalização

no processo produtivo. Demais, o crescimento, na economia industrial, é imanente ao sistema e não contingente, como ocorre com a economia comercial. Não seria possível conceber uma economia industrial senão crescendo, pois as peças fundamentais de seus mecanismos só tomam corpo e se individualizam através do crescimento. Uma teoria da economia industrial tem necessariamente que trazer dentro de si uma explicação do crescimento econômico.

Vejamos mais atentamente esse problema. Na economia comercial o nível de renda está determinado, conforme vimos, pelos lucros da grande classe comerciante. Consideremos o caso dos comerciantes genoveses que compravam tecidos no norte da França e nos Países-Baixos para vendê-los nos portos do Levante. Os lucros auferidos por esses comerciantes eram, em grande parte, despendidos dentro da cidade de Gênova e afluíam às mãos dos artesãos e prestadores de serviços locais, os quais realizavam outros gastos nos mercados da cidade, inclusive comprando alimentos que proviñham das zonas rurais circunvizinhas, e assim por diante. Entretanto, os grandes comerciantes não consumiam a totalidade dos seus lucros. Conforme já observamos, a forma como se distribui a renda numa economia comercial impede que essa renda seja totalmente consumida. Apenas um parte da grande massa de renda que afluí às mãos do comerciante transformar-se-á em gastos correntes seus, isto é, será consumida. Outra parte terá que ser reinvertida. O comerciante poderá expandir os seus negócios: mandar construir barcos, comprar maiores quantidades de matérias-primas para entregar aos artesãos, etc. Entretanto, é possível que a corrente de comércio esteja saturada, que a concorrência esteja aumentando e que o nosso



comerciante não consiga reinverter reprodutivamente os seus lucros. Neste caso éle poderá aplicá-los em inversões improdutivas: mansões de luxo, jóias, objetos de adorno, donativos a organizações religiosas, dotes para as filhas, etc. Em último caso, o comerciante poderá acumular a sua riqueza, transformando-a em tesouro. É necessário ter em conta que o lucro do comerciante, no caso referido, é um lucro monetizado. Feitas as operações de compra e venda, o resíduo que permanece em suas mãos toma a forma de metais preciosos, que podem ser acumulados e esperar indefinidamente. Foi por esta razão que as grandes cidades comerciantes logo se transformaram em centros creditícios, passando muitas casas comerciais a atuar como casas bancárias. Mas o que nos interessa frisar é que, independentemente da aplicação que desse o comerciante ao incremento da massa de renda que afluía a suas mãos, o sistema económico continuaria a operar normalmente. Esse fato é de grande importância para compreender o funcionamento das economias comerciais. Estas, em sua primeira etapa, se desenvolviam com rapidez; logrado um ponto máximo de crescimento, estacionavam e aí permaneciam até que algum fator exógeno viesse romper o equilíbrio.

Se partimos desse quadro da economia comercial para observar o mecanismo da economia industrial, logo perceberemos a profunda diferença que existe entre os dois sistemas. Na economia industrial o lucro guarda sua natureza fundamental de resíduo. Pagos os serviços dos diversos fatores de produção, o empresário trata de vender o seu produto pelo preço mais elevado possível. Conforme seja esse preço de venda, o lucro — que é residual — será maior ou menor. Mas o que neste caso importa ter em conta é o fato de que o lucro se incorpo-

ra ao preço do produto. Se consideramos uma economia industrial em seu conjunto, vemos que no valor de cada artigo que se vende estão compreendidos os pagamentos a todos os fatores que participaram da produção do mesmo. O preço de um metro de tecido é, fundamentalmente, a soma das remunerações do trabalho (salários), do capital (juros, aluguel, renda da terra, etc.) e do empresário, que são os lucros. Ao pagar por antecipado aos operários e aos rentistas, o empresário realiza uma operação de crédito, pois está adiantando parte do valor de um metro de tecido que será vendido no futuro. Por outro lado, quando vende um metro de tecido o empresário recebe não somente os pagamentos que já fez como também um pagamento adicional que dá origem aos lucros. Ora, esse pagamento adicional constitui uma operação de crédito ao inverso: é uma massa de renda que está incorporada ao valor do metro de tecido vendido e que permanece líquida nas mãos do empresário. Em outras palavras: o lucro que chega às mãos do empresário é a contrapartida do valor de outros bens que estão sendo produzidos e ainda não foram vendidos. Na verdade, se o valor de todos os bens vendidos, durante um período produtivo, é igual à soma do pagamento a todos os fatores de produção, é óbvio que se um empresário vende um bem e retém em suas mãos em forma líquida, após a venda, parte do valor desse bem, outros bens, em consequência dessa retenção, não poderão ser vendidos.

Se observamos o processo de formação e utilização da renda sob este aspecto, comprovamos a diferença profunda que existe entre uma economia industrial e as economias comerciais. Nestas últimas, a renda dos grandes comerciantes podia ser conservada, em parte,

líquida e entesourada indefinidamente. Formando-se fora do sistema econômico — constituído pela coletividade urbana — aquela renda não tinha nenhuma contrapartida de bens em produção dentro daquele sistema. Na economia industrial, a renda do empresário, igualmente como a do assalariado e qualquer outra, tem que ser reintroduzida no circuito econômico para que este não se interrompa. Se um empresário retém os seus lucros em forma líquida, outros empresários não poderão vender a totalidade de sua produção. É por esta razão que, no sistema industrial, a produção já está organizada de acordo com o que se supõe será a forma por que se utilizará a renda, tidas em conta as possibilidades de intercâmbio externo. Para funcionar sem dificuldades, o sistema não somente exige que seja utilizada a totalidade da renda mas, também, que essa renda seja utilizada mais ou menos de determinada forma. Está aí a causa da grande instabilidade das economias industriais.

Mas voltemos ao nosso ponto central. Vimos que a economia industrial tem como característica básica o fato de que, nela, o empresário procura reinvestir os seus lucros aperfeiçoando os métodos de produção. Entretanto, se se tem em conta o que vem de ser dito, comprovamos que não é menos específico do sistema industrial o fato de que o empresário não pode negar-se a reinvestir os seus lucros, isto é, a aplicar aquela parte de sua renda que não chega a consumir. O empresário industrial, como na famosa lenda medieval, é portador de uma mão demoníaca que o capacita para resolver todos os seus problemas. Mas aí dêle se não consegue passar adiante essa mão, isto é, se não reintroduz no circuito econômico a massa de lucros que lhe

cabe. Se retém líquidos êsses lucros<sup>4</sup> deixará sem comprador parte da produção de outros empresários. Estes, por sua vez, tratarão de defender-se, reduzindo o seu volume de negócios, isto é, reduzindo a renda de outros grupos. Mais mercadorias ficarão sem comprador, o que provocará a ruína de grande número de empresários. Desta forma, ao contrário das economias comerciais que podiam estabilizar-se secularmente, a economia industrial está condenada a crescer ou a decrescer.

Numa economia de livre-empresa, na qual prevalece necessariamente certo tipo de distribuição da renda, forma-se permanentemente uma grande massa de renda que não se destina ao consumo. Essa massa de renda, conforme vimos, não pode ser subtraída ao circuito econômico sem causar profundos transtornos a êste. O grande problema, por conseguinte, consiste em invertê-la, razão pela qual o aparelho produtivo se vai capacitando para produzir aquêles bens exigidos pelo processo de inversão.<sup>5</sup> A estrutura do sistema produtivo reflete, portanto, a forma de utilização da renda, e esta última, numa economia de livre-empresa, está determinada pela maneira como se distribui essa mesma renda. Destarte, os problemas de desenvolvimento têm que ser consi-

---

<sup>4</sup> O sistema bancário se desenvolveu para servir de intermediário entre pessoas que acumulam recursos líquidos e aquelas que têm espírito de empresa e desejam aplicar recursos. A observação se refere, portanto, ao conjunto de uma economia.

<sup>5</sup> O comércio exterior dá maior elasticidade à estrutura da oferta, facilitando os ajustamentos entre oferta e procura através do processo de crescimento de ambas acarretado pelo desenvolvimento. O raciocínio exposto se aplica com rigor se consideramos o conjunto das economias nacionais, ou uma economia fechada.

derados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição.

Observada dêste ângulo a economia industrial de livre-empêsa, vemos que, para utilizar plenamente sua capacidade produtiva, ela necessita transformar permanentemente em capital uma grande massa de renda. Em outras palavras, para funcionar normalmente, êsse sistema necessita crescer, isto é, aumentar continuamente sua capacidade produtiva. Não foi por outra razão que afirmamos ser o crescimento imanente a êsse tipo de economia. Dessa necessidade orgânica de crescer resulta, obviamente, a grande instabilidade do sistema econômico industrial de livre-empêsa. Para orientar-se na elaboração de seus planos de inversão os empresários dispõem de meios muito imprecisos, razão pela qual colocam, via de regra, demasiados recursos num setor e insuficientes noutros. Para contornar dificuldades dêsse tipo, desenvolveram-se os mercados de capitais, os quais possibilitam um recrutamento mais amplo da classe empresária e proporcionam informações mais sistemáticas sôbre as perspectivas dos negócios. Para que o desenvolvimento da economia industrial de livre-empêsa se fizesse sem altos e baixos, seria necessário que os empresários pudessem prever exatamente o comportamento futuro dos consumidores e, além disso, que se pusessem de acôrdo para não sobreinverter em um setor e subinverter noutros. E não está tudo aí. Também seria necessário que as indústrias de bens de capital pudessem subministrar exatamente os equipamentos requeridos para que a produção crescesse dentro do esquema acordado entre os empresários. Estas observações são suficientes para demonstrar que, por sua própria natureza, uma economia de livre-empêsa não pode desenvolver-se linearmente.

te. A forma normal de crescimento dessa economia se caracteriza pela sucessão de fases de grande acumulação de capital e fases de descapitalização. Essa ampla pulsação do sistema econômico, a qual os economistas desde o século passado chamam de ciclo, é a manifestação externa do processo de crescimento da economia industrial de livre-empêsa.